



Secretaria de Estado da Educação

# CLIPPING

30 de janeiro 2015



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

**Veículo:** A Notícia

**Editoria:** Portal

**Data:** 30/01/2015

**Assunto:** Gibi

**Página:** 02

# A NOTÍCIA

## Gibi joinvilense

Os alunos da Escola Estadual Dr. Tufi Dippe, de Joinville, lançam, em março, um gibi com histórias em quadrinhos que aprenderam a fazer em aulas de oficina do ensino integral. O trabalho é desenvolvido há quatro anos na instituição. A oficina de quadrinhos é ministrada pelo professor voluntário Peter Roger, um especialista em mangás japoneses.



## Notícias do Dia

### O ensino médio em debate



**Jéferson**

**Dantas**

Historiador

O editorial do dia 17 de janeiro do jornal "Folha de S. Paulo" trouxe à tona um debate que se torna cada dia mais premente na educação básica brasileira, ou seja, o futuro do ensino médio. Tendo como divisa o mau desempenho dos estudantes nas provas do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), o editorial reforça a ideia de que o país necessita adotar um currículo padronizado em todas as unidades da federação, levando-se em consideração a Base Nacional Comum de conteúdos, tal como preconiza a LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

A parte "diversificada" do currículo se destinaria às áreas de interesse dos estudantes. O Ministério da Educação (MEC) já vem discutindo tal questão há alguns anos, o que significa universalizar o Enem no ensino médio e redesenhar o seu currículo por "áreas de conhecimento" e não mais por disciplinas. Todavia, tais questões pressupõem inúmeros fatores que precisam ser seriamente problematizados.

Após o processo de transição democrática a partir da década de 1980 e uma nova Constituição em 1988, o Brasil se deparou com os efeitos adversos de um enorme contingente populacional de analfabetos, por não ter realizado ou priorizado o enfrentamento histó-

ria do dualismo educativo.

Na década de 1990 houve a formulação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada e promulgada em dezembro de 1996 (LDBEN 9.394/1996), fruto de um embate entre o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e o lobby dos empresários da educação.

Assim, ao abordarmos o tema do currículo no ensino médio e na educação básica como um todo, temos de compreender que não é possível ambicionar mudanças curriculares sem alterar as condições de trabalho de professores, que ainda necessitam dedicar-se a mais de uma escola por jornada de trabalho, configurando um quadro tenebroso de precarização estrutural, algo que o editorial da "Folha de S. Paulo" nem sequer procura discutir, já que claramente defende a meritocracia docente por bônus de desempenho.

Para se obter avanços significativos em suas formulações científicas, políticas e pedagógicas, o currículo do ensino médio precisa incidir sobre os diferentes campos epistemológicos, por meio de uma perspectiva curricular que não dissocie o trabalho da educação. Além disso, os diretores têm de ser eleitos de forma democrática por toda a comunidade escolar, objetivando o fortalecimento dos vínculos peda-

“  
Não é possível  
ambicionar  
mudanças  
curriculares  
sem alterar as  
condições de  
trabalho de  
professores, que  
ainda necessitam  
dedicar-se a mais  
de uma escola  
por jornada de  
trabalho.”



Para manifestar sua opinião em artigos ou cartas, envie textos para opiniao@noticiasdodia.com.br ou redacao@noticiasdodia.com.br. Artigos, com 2.500 caracteres e devem ser acompanhados do



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 30/01/2015
<b>Assunto:</b> Entrevista		<b>Página:</b> Online



### "PISO SALARIAL NÃO É O GRANDE PROBLEMA DOS PROFESSORES"

Para Mozart Neves, ser "pátria educadora" é tarefa hercúlea

Fonte: Blog do Kennedy Alencar

Mozart Neves diz que o piso salarial não é o 'grande problema' dos professores. Diretor do Instituto Ayrton Senna, ele avalia que a Lei do Piso, de 2008, foi uma conquista para a categoria. "O grande problema do professor não é o piso, mas o plano de carreira. O salário médio do professor é algo em torno de 40% menor do que a média de outras profissões."

Para o especialista em políticas públicas em educação, o lema "Brasil, pátria educadora" é uma "tarefa hercúlea". "As reformas educacionais brasileiras eram pra ontem. O Brasil fez avanços importantes nas séries iniciais, mas, nas séries finais e no ensino médio, é uma lástima os níveis de aprendizagem atuais no país."

Neves defende que parte dos 10% do PIB sejam destinados também ao ensino superior privado, por meio do Prouni e do Fies. "O sistema público não vai conseguir comportar sozinho o aumento de alunos no ensino superior, que é tão necessário. O que não pode ocorrer é simplesmente dar o dinheiro a universidades de sistemas duvidosos, que abrem vagas para captar o dinheiro público e colocam dinheiro na Bolsa de Valores."

Confira a entrevista:

1 – O lema do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff é "Brasil, pátria educadora". O que falta para sermos, de fato, uma país educador?

Ainda falta muita coisa. As reformas educacionais brasileiras eram pra ontem. O Brasil fez avanços importantes nas séries iniciais, mas, nas séries finais e no ensino médio, é uma lástima os níveis de aprendizagem atuais no país. Estamos estagnados em um patamar muito baixo de aprendizagem. O sistema é muito ineficiente. De cada 100 alunos que começam a primeira série, somente a metade termina o ensino médio. A outra metade fica pelo caminho. E os níveis de aprendizagem dos que terminam o ensino médio são muito baixos. Em matemática, de cada 100 alunos, só 19



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

aprenderam o que seria esperado para a disciplina. Em português, não é nada para se soltar fogos. De cada 100, 27 aprenderam o que seria esperado. Então, a gente tem uma tarefa hercúlea. É preciso avançar muito, porque o país vai precisar melhorar os níveis de aprendizagem das séries finais do ensino fundamental e, principalmente, do ensino médio.

2 – O novo ministro da Educação, Cid Gomes, foi duramente criticado pelo fato de ter dito, em 2011, que professores trabalham por paixão e não por dinheiro. Ele diz que a declaração foi distorcida, colocada fora de contexto. Como avalia a escolha do ex-governador do Ceará para chefiar o Ministério da Educação?

O Cid Gomes traz um resultado importante feito no Ceará, que começou em Sobral. Mas foi um trabalho muito focado na alfabetização e no regime de colaboração entre Estado e Município. Hoje, quem tem melhor no Brasil esse processo de colaboração entre Estado e o Municípios é o Ceará. Entendo que o ex-governador e o ex-prefeito Cid teve um papel muito importante nesse contexto. Isso gerou uma revolução no Ceará na alfabetização e nas primeiras séries do ensino fundamental. Entretanto, esses resultados não se perpetuaram ao longo de toda educação básica. O novo ministro traz esse legado de seu Estado, mas a dimensão de trabalho agora é muito maior.

A partir do momento em que a presidente Dilma Rousseff coloca o slogan de governo “Brasil, pátria educadora”, isso dá uma responsabilidade muito grande ao Ministério da Educação (MEC). O Cid vai ter de ter, então, uma musculatura de trabalho e montar uma equipe extremamente executiva para que, de fato, o cabedal político dele e a experiência do Ceará se concretize numa escala nacional. Ele precisará ter também prestígio político junto à presidente da República. A Dilma precisa ter grande confiança no trabalho do Cid para que ele se sinta fortalecido dentro do governo e o slogan “Pátria educadora” comece a sair do papel. Será preciso também ter recursos para viabilizar essa meta. E, nesse sentido, o corte no MEC foi muito significativo.

3 – Segundo dados do IBGE, em 2012, o analfabetismo no país era de 8,7% da população com 15 anos ou mais, o que correspondia a 13,2 milhões de pessoas. Esse número fez com que o Brasil ocupasse o oitavo lugar entre os países com maior número de analfabetos adultos em um ranking feito pela UNESCO em 150 países. Em 2013, o analfabetismo no país recuou um pouco e alcançou a taxa de 8,5% da população. Essa melhora não é muito tímida?

Nesse ano, acontecerá na Coreia do Sul a avaliação das metas educativas. Uma dessas metas é a alfabetização de jovens e adultos a partir dos 15 anos. O Brasil deveria chegar em uma redução em torno de 6%, mas não vai conseguir atingir a meta. Vai ficar em torno de 9,5%, 9,3%, com cerca ainda de 13 milhões de brasileiros plenamente analfabetos nessa faixa etária de 15 anos ou mais. Esse dado não considera o percentual significativo de analfabetos funcionais.

Temos uma dívida histórica na questão do analfabetismo que países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e da comunidade europeia já venceram há muitos anos. Então, além do dever de casa que é do ensino



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

regular, o Brasil ainda tem essa dívida com a alfabetização de sua população adulta. É bem verdade que o analfabetismo não está espalhado em todo território nacional. O problema está principalmente no nordeste. São pessoas com faixa etária superior a 40 anos que vivem nos grotões dessa região. São pessoas negras, que não tiveram tanto acesso a educação. O país tem uma enorme dificuldade a vencer no que se refere à alfabetização dessas pessoas.

4 – Uma das queixas dos profissionais ligados à educação é o baixo salário recebido pelos professores. O vencimento inicial dos profissionais do magistério público da educação básica é de R\$ 1.697, com jornada de 40 horas semanais. A partir de fevereiro, o valor deverá ser reajustado em 13% e chegará a R\$1.918. O piso dos professores brasileiros é adequado?

A Lei do Piso é de 2008. Foi uma conquista ter uma legislação determinando o aumento gradual do piso. Se a gente observar, houve um aumento significativo de 2008 para 2014, implementado nesse ano. A Lei tem permitido, de alguma forma, dar avanços no piso. E esse aumento aconteceu na mesma proporção em outras profissões. Então, quando a gente compara o piso do professor com outros profissionais com a mesma titulação e que estão iniciando a carreira, a diferença é da ordem de 11% a menos para os professores. Ou seja, não é tão grande. O grande problema do professor não é o piso, mas o plano de carreira. O salário médio do professor é algo em torno de 40% menor do que a média de outras profissões. À medida que o tempo vai passando, os outros profissionais vão se distanciando dos professores.

5 – Alguns municípios já manifestaram preocupação com esse reajuste e alegam não ter recursos para pagar o novo salário dos professores. A Confederação Nacional dos Municípios estima um aumento de cerca de R\$ 7 bilhões nos gastos dos municípios. O que deve ser feito para solucionar essa equação? A União deveria ampliar a participação financeira para que os municípios consigam pagar o novo piso dos professores sem tirar recursos de outras áreas da educação?

Precisamos analisar a forma como os recursos são centralizados. De tudo que é gerado de impostos no país, 70% fica para a União e apenas 30% é redistribuído para Estados e Municípios. E há um percentual significativo de municípios, algo em torno de 65%, que vive basicamente do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é gerado pela redistribuição do Estado onde se encontra, e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). É essencial que seja repensado o poder centralizado de impostos do governo federal para resolver essa questão do piso dos professores nesses municípios.

6 – Uma das metas do Plano Nacional da Educação, aprovado no ano passado, é ampliar o investimento público em educação pública para atingir, até 2024, o equivalente a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação. O problema da educação brasileira é dinheiro? Separar 10% do PIB para a educação será suficiente para melhorar o ensino no país?



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O Brasil investe algo em torno 6,1% do seu PIB em educação em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino. Para atingir 10% do PIB em 10 anos, como está no Plano Nacional da Educação, precisamos ampliar em mais de 50% do que é atualmente investido. Estamos falando em algo em torno de 60%.

Há duas questões importantes: de qual PIB estamos falando? É o PIB de 2005, 2007, que estava em alto crescimento ou o que começa a encolher? Se for o PIB que começou a encolher, como está acontecendo agora, não iremos muito longe do ponto de vista do investimento relativo.

O segundo aspecto que temos que tratar: os recursos oriundos do pré-sal. O petróleo está passando por uma crise que não parece ser momentânea. Para que o pré-sal seja eficiente do ponto de vista da sua pesquisa e, portanto, da sua lucratividade, o barril de petróleo precisa estar em torno da ordem de 60 dólares. Hoje, está custando aproximadamente 50. Se esse contexto continuar, talvez será preciso elencar prioridades: vou cortar dali para colocar mais recurso em educação. Aí vamos saber se, de fato, o Brasil vai ser uma pátria educadora ou não.

7 – Na avaliação do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que foi ministro da Educação do governo Lula entre 2003 e 2004, a medida que separa 10% do PIB para educação é uma “farsa”. Segundo o senador, o PIB é um “conceito abstrato de estatística” e ninguém saberá de onde o dinheiro irá sair. Para outros críticos, no cálculo dos 10% do PIB não deveriam estar incluídos os recursos de isenção fiscal dado às instituições particulares que participam do Programa Universidade para Todos (Prouni). Na visão desses críticos, isso provocará uma distorção no cálculo e permitirá que o dinheiro destinado a melhorias na educação pública seja transferido para grupos privados de ensino. O senhor concorda essas críticas?

Não concordo. O ministro Cid Gomes está com uma posição interessante em relação ao Prouni e ao Fies (Programa de Financiamento Estudantil). Esse tema é muito debatido no Congresso: se esses do 10% do PIB são para educação ou para a educação pública. O Brasil vai precisar fazer um enorme esforço de ampliar o número de alunos no ensino superior. Temos 7,2 milhões de alunos universitários, o que representa 16,7% na faixa etária de 18 a 24 anos. Ao fim do PNE, será precisar dobrar esse percentual para 33%. Já fui reitor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e acho que as universidades públicas não teriam condições de fazer essa expansão sozinhas. Ou seja, será preciso contar com a contribuição do setor privado.

8 – O Prouni é um dos principais programas na área de educação do governo do PT e da presidente Dilma Rousseff. Segundo dados do MEC, o programa já atendeu mais de 1,4 milhão de alunos de baixa renda. Mas, para alguns especialistas, ao conceder incentivos fiscais às universidades privadas, o ProUni ajuda a consolidar um modelo de Ensino Superior que prioriza o lucro em detrimento da baixa qualidade de educação. Qual é sua avaliação sobre o ProUni? Como garantir a expansão de acesso ao ensino superior com qualidade?



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O governo está certíssimo ao buscar alternativas para alunos menos favorecidos da educação básica, egressos do ensino médio e estudantes de baixa renda concluírem seu ensino superior. Garantir o diploma do ensino superior é uma forma de distribuir melhor a renda no país. Achei muito interessante o aperto que o ministro Cid Gomes deu agora: 'Quero Fies e Prouni desde que sejam cursos de qualidade e que o aluno realmente faça o esforço mínimo a partir do Enem, que tenha nota mínima de 450 pontos'. Desta forma, você espera tanto do aluno, que já deve fazer algum esforço no Enem, como das universidades proponentes a ingressar nos programas.

Concordo com Cid também porque o sistema público não vai conseguir comportar sozinho o aumento de alunos no ensino superior, que é tão necessário. O que não pode ocorrer é simplesmente dar o dinheiro a universidades de sistemas duvidosos, que abrem vagas para captar o dinheiro público e colocam dinheiro na Bolsa de Valores.

Para darmos conta da meta 12 do PNE, que trata das matrículas no ensino superior, eu faria o investimento tanto no sistema público, que sabemos que tem melhor qualidade, e no sistema privado, que já demonstrou qualidade e cursos que de fato farão diferenças.

9 – O principal indicador da qualidade do ensino do país, o Ideb, mostrou que, em 2013, o Brasil não atingiu as metas previstas para os anos finais do ensino fundamental. Para os alunos do sexto ao nono do Ensino Fundamental, a meta era de 4,4 pontos no Ideb. Mas o resultado foi 4,2 pontos. As notas do ensino médio também não foram alcançadas. O Ideb foi de 3,7, o mesmo resultado de 2011. A média prevista era 3,9 pontos. Por que é tão difícil para o país melhorar a educação nos últimos anos do ensino fundamental e no ensino médio?

O Brasil tem feito seu dever de casa nas séries iniciais do ensino fundamental. São anos em que as crianças têm uma única professora por turma. Isso é um fator muito importante. Há uma identidade entre o professor e seus alunos. De certa maneira, a gente já encontrou a tecnologia correta para fazer com que as nossas crianças aprendam nesses anos. Quando observamos as séries finais, nós deparamos com outro formato de escola onde cada turma tem um conjunto de professores. A partir desse momento, não conseguimos definir um currículo atrativo e capaz de dialogar com o mundo do adolescente. Além disso, faltam professores bem formados para dar algumas disciplinas. Esse problema se torna mais grave no ensino médio, onde há uma carência de professores extremamente elevada em matemática, química, física e biologia. Alguns professores não se formaram na área em que lecionam. Ou seja, há problema de formação e escassez de professor, associado a um currículo que não dialoga com o mundo do adolescente e do jovem.

10 – Em 2014, a USP perdeu o posto de melhor universidade da América Latina para a PUC Chile, em ranking elaborado pela consultoria britânica QS Quacquarelli Symonds University Rankings. No grupo das 10 melhores do continente, só há 3 federais brasileiras: UFRJ (4º), UFMG e UFRGS (as duas em 10º). Em outro levantamento internacional publicado em 2014 pela Times Higher Education, só há uma universidade brasileira entre as 100 melhores do mundo: a USP, que apareceu na





## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

faixa entre o 81º e o 90º lugar. O que falta para nossas universidades ocuparem lugar de destaque no cenário acadêmico internacional?

Três fatores contribuem muito para essa situação. Primeiro, o nosso sistema universitário ainda é pouco eficaz. A relação aluno/professor é muito baixa quando comparamos com universidades estrangeiras. Esse fator, tanto no ranking japonês como no da Inglaterra, tem reduzido a nota de nossas universidades mais conhecidas: USP, UFRJ, Unicamp e outras.

Outro fator que contribuiu muito é a baixa taxa de internacionalização, que seria a oferta de cursos em inglês, mandarim e francês dentro das nossas universidades, a presença de professores bilíngues. Nós, praticamente, adotamos apenas o português. As universidades estrangeiras oferecem diversas disciplinas em outros idiomas. É uma forma de ampliar a mobilidade acadêmica de nossos estudantes. Nesse sentido, o Ciências sem Fronteiras foi, na minha opinião, uma grande iniciativa do governo federal. É óbvio que é preciso fazer ajustes, mas, recentemente, vi na Europa vários jovens do programa em diversas universidades.

Ainda quanto à internacionalização, também precisamos mudar as nossas universidades para dar dupla titulação. Não somos muito flexíveis no reconhecimento das disciplinas lá de fora. O nosso sistema universitário curricular é muito duro. É preciso torná-lo mais flexível e bilíngue para que, de fato, a internacionalização esteja mais presente no cotidiano de nossas universidades.

O terceiro ponto é a inovação. As nossas universidades até que vem produzindo bastante inovação tomando como referência o número de patentes. Mas ainda temos um número baixo de patente produzidas em parceria com empresas brasileiras. As nossas empresas produzem muito poucas patentes e têm pouca articulação com as universidades. Lá fora é diferente. As universidades têm uma relação muito forte com as empresas, produzindo patentes e inovação.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 30/01/2015
<b>Assunto:</b> Desafios		<b>Página:</b> Online



### EDITORIAL: O DESAFIO DE UM BOM ENSINO

**A população tem clara percepção de que a Educação continua sendo um dos principais gargalos para o desenvolvimento do país", afirma jornal**

Fonte: O Estado de S. Paulo (SP)

Para 85% dos brasileiros, a baixa qualidade do Ensino vai prejudicar o desenvolvimento do País. É o que revela a pesquisa Retratos da Sociedade Brasileira - Educação básica, realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Entre os entrevistados com renda familiar acima de 10 salários mínimos, o percentual sobe para 98%.

Os números mostram que a população tem clara percepção de que a Educação continua sendo um dos principais gargalos para o desenvolvimento do País. Segundo a pesquisa, para a qual foram entrevistadas 2.002 pessoas em 142 municípios, 67% dos brasileiros entendem que o País deveria oferecer mais cursos de Ensino médio que também ensinem uma profissão (curso conjugado com o Ensino profissionalizante). É a percepção de que a Educação atualmente oferecida aos jovens não os está qualificando de forma adequada para o exercício de uma profissão.

Por outro lado, para 31% dos entrevistados, os formados na Educação superior são pouco preparados ou despreparados para o mercado de trabalho. E, em relação à pesquisa anterior, realizada em 2010, diminuiu o percentual das pessoas que consideram bem preparadas para o mercado de trabalho as pessoas com curso superior completo. Antes, eram 30%. Agora, são apenas 23%.

A pesquisa, cujo foco era a Educação básica (Ensino fundamental e médio), indica que existe uma percepção negativa da qualidade do Ensino desde o Ensino fundamental. Por exemplo, a maior parte da população brasileira (71%) acha que, no Brasil, os Alunos da Educação básica passam pouco tempo na Escola. Em relação ao Ensino público, o item que recebeu pior avaliação foi a segurança nas Escolas. Vê-se que os pais estão descontentes com o ambiente que os seus filhos encontram nas Escolas. E essa avaliação não deixa também de ser um indicativo de que há questões fora da sala de aula afetando a qualidade do Ensino. O pedagógico vai muito além do conteúdo a ser ensinado.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A respeito da participação dos pais, 80% dos entrevistados concordam que ela é muito importante para o desempenho Escolar dos Alunos. No entanto, a maioria entende que esse é um dos pontos fracos do Ensino público. Na percepção do brasileiro sobre os Professores, o relacionamento com os pais dos Alunos é o aspecto que recebeu pior avaliação, tanto no Ensino fundamental como no Ensino médio. Já em relação à capacidade de ensinar aos Alunos, os Professores foram relativamente bem avaliados (nota 7,1).

Quanto ao Ensino de conteúdo propriamente dito, dois terços dos brasileiros entendem que a Escola tem falhado ao ensinar português e matemática, disciplinas que – segundo a opinião dos entrevistados – são as mais importantes, tanto no Ensino fundamental como no Ensino médio. É um sinal de que há muito a melhorar, pois, quando se falha naquilo que é básico, todo o restante também padece. A pesquisa da CNI indica, como se vê, que a Educação continua sendo um gargalo para o País.

Não há desenvolvimento econômico e social sem uma Educação de qualidade. Oferecer um Ensino de qualidade é um desafio que precisa ser enfrentado urgente e responsabilmente. Se, nas décadas anteriores, houve um sério esforço no sentido da universalização do Ensino – ainda há crianças e adolescentes fora da Escola, mas o seu número vem caindo continuamente –, agora o desafio é a sua qualidade. E qualidade da Educação vai muito além de quantidade de recursos investidos.

No ano passado, aprovou-se o Plano Nacional de Educação 2014-2024, no qual se prevê que 10% do Produto Interno Bruto seja aplicado na área. Além de ser um percentual utópico, ele não garante por si só a qualidade do Ensino. Logicamente, o País deverá sempre investir mais em Educação.

No entanto, é urgente uma melhor gestão do dinheiro público, além de metas pedagógicas claras, que permitam um acompanhamento efetivo da qualidade do Ensino. Um bom Ensino é essencial – tanto para o Brasil quanto para cada um dos brasileiros.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 30/01/2015
<b>Assunto:</b> Idade mínima		<b>Página:</b> Online



### JUSTIÇA MANTÉM IDADE DE INGRESSO EM SEIS ANOS

**Ministério Público Federal (MPF) considera a restrição de idade uma proposta de avaliação de aprendizagem genérica e insuficiente**

Fonte: Jornal Bem Paraná (PR)

A 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) decidiu na terça-feira, de forma unânime, manter em 6 anos, completados até 31 de março do ano letivo, a idade de ingresso no primeiro ano do Ensino fundamental. O julgamento avaliou ação civil pública do Ministério Público Federal (MPF), que considera a restrição de idade uma proposta de avaliação de aprendizagem genérica e insuficiente.

A medida reformou a decisão da 1ª Vara Federal de Santa Rosa (RS), que dava provimento à ação e garantia o acesso ao primeiro ano a crianças com menos de seis anos, desde que comprovassem capacidade intelectual por meio de avaliação psicopedagógica.

A sentença era válida para os três estados da 4ª Região. A Advocacia-Geral da União (AGU) e os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná apelaram da decisão, argumentando que a entrada precoce de crianças na vida Escolar pode ter consequências graves, tanto de aprendizado quanto de socialização.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 30/01/2015
<b>Assunto:</b> Prioridade		<b>Página:</b> Online



### OPINIÃO: EDUCAÇÃO E TRABALHO - BINÔMIO INSEPARÁVEL

**"O analfabetismo é excludente e, segundo a Unesco, o Brasil ocupava, em janeiro de 2014, o oitavo lugar entre os países com maior número de analfabetos", afirma Aldo Paviani**

Fonte: Correio Braziliense (DF)

Trabalho e Educação têm muitos vínculos, e são inseparáveis na nossa busca pela rota do bem-estar humano. Os chamados países desenvolvidos colocaram a Educação como prioridade por décadas e, com isso, evoluíram tecnológica, cultural e economicamente, com a manutenção de elevadas possibilidades de trabalho para as pessoas que se apresentam para qualquer atividade. Assim, a almejada equidade social, pela rota educacional, estará disponível para a ascensão se o trabalho contar com o suporte da Educação plena.

Pela Educação, abrem-se portas para as oportunidades compensadoras e benéficas aos trabalhadores. Há países que concentram esforços e recursos em Escolas, tornando-as atrativas. Neles, Docentes são respeitados e valorizados pelo preparo e pela dedicação, tendo, assim, maior êxito nas atividades pedagógicas.

No extremo oposto, estão regiões, países e cidades deprimidas, mal equipadas, pouco produtivas, com altas taxas de desemprego e pouco afeitos à valorização do magistério. Não há estímulo para os Professores, nem para a Educação em geral. Escolas não recebem investimentos e operam em condições mínimas, com edificações depredadas, muros pichados, lixo acumulado. Veem-se mais como centros de correção de menores do que como centros de conhecimento. Um desrespeito às crianças, que abandonam a Escola. Muito desse retrato se aplica a diversos estados brasileiros.

Ao percorrer o Brasil, encontramos as duas situações acima descritas: estados ricos educacionalmente e estados com miséria educacional. Esse contraste tem impacto na questão do desemprego. Estados ricos, com Educação mais eficiente, têm baixas taxas de desemprego, como revelam os dados do Censo do IBGE/2010 e do Dieese, 2014. Porto Alegre com taxa de Analfabetismo de 3,2%, apresenta 6,5% de taxa de desemprego; São Paulo tem 3,2% de Analfabetismo e 9,8% de desemprego.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Em contrapartida, Salvador exhibe 17% de desemprego e o Analfabetismo é de 16,6%, e Recife está na mesma esteira com 12,4% de desemprego e 18% de Analfabetos (taxas da PED/Dieese - nov./2014 e Censo IBGE - 2010). Nessas mesmas capitais (e nos respectivos estados), há altas taxas de evasão Escolar e repetência, além do que o Analfabetismo se mantém acima da média nacional, de 9,6%. Nesses estados, pouco se realiza em favor dos que ainda não saíram da amargurada e vexatória escuridão de não saber ler ou escrever.

O Analfabetismo é excludente e, segundo a Unesco, o Brasil ocupava, em janeiro de 2014, o oitavo lugar entre os países com maior número de Analfabetos. Todavia, esse dado negativo foi reduzido. O IBGE, ao divulgar a Pnad, em setembro de 2014, mostrou que o total de Analfabetos era de 13.048.000 pessoas, ou 8,3% da população. Parece pouco, mas é quase a população da metrópole paulista. Portanto, ainda necessitamos de medidas urgentes para resgatar as áreas — algumas metropolitanas e muitos estados — da condição de abrigos de Analfabetos. Ao reduzir ou eliminar o Analfabetismo, colocamos as pessoas (crianças e jovens, sobretudo) na rota do conhecimento e da elevação do padrão de vida. Talvez, aí esteja a chave para o tão falado controle e conservação do ambiente (natural e humano) para os herdeiros desse país continental.

No que tange a Brasília e ao DF, a taxa de desemprego (PED/Dieese/Codeplan - novembro de 2014) cravou em 12,2%, significando 183 mil desempregados, dado quase equivale à população de Taguatinga (213 mil habitantes). Já o Analfabetismo no DF foi reduzido de 5,7%, em 2000, para 3,5%, em 2010, segundo o Censo do IBGE de 2010. Portanto, Brasília torna-se um caso de estudo, já que a reduzida taxa de Analfabetismo não se correlaciona com a alta taxa de desemprego. A capital federal reflete a fragilidade do sistema educacional do país, que não prepara o cidadão para atuar no chamado mercado de trabalho local. Portanto, temos de nos perguntar para que servem as Escolas. Se elas se furtam a pensar a respeito das necessidades do presente e do futuro dos estudantes, então, não poderemos esperar mais que desinteresse, evasão e despreparo para as perspectivas da vida coletiva, com visão de futuro.

Em conclusão, há que se cortar pela raiz o Analfabetismo e o desemprego. Quem não tem Educação e emprego não é um cidadão produtivo e capacitado para o acesso à cidadania e aos bens essenciais da vida moderna. Dele ou dela roubaram a dignidade, bilhete único para a rota da esperança e do bem-estar.

\*Professor emérito da UnB e geógrafo da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan)